

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Entidade. A mensuração destes trabalhos foi feita com base nas horas despendidas, avaliadas pelo valor do salário dos membros da administração da Entidade.

	Horas	Valor H.	Valor
Presidencia	480	42,00	20.160,00
Vice-Presidente	480	42,00	20.160,00
Tesoureiro	480	42,00	20.160,00
Conselho Fiscal	96	42,00	4.032,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.536</b>		<b>64.512,00</b>

### 23. Isenções Previdenciárias usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal pois atende ao disposto na Lei 12.101/2009 e no Decreto 7.300/2010.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos à isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2018, como se devido fosse:

Isenção	31/12/2018	31/12/2017
INSS - Cota Patronal	2.040.342,80	1.926.504,06
PIS Sobre Folha de Pagamento	-	
<b>Total de Isenção</b>	<b>2.040.342,80</b>	<b>1.926.504,06</b>

<b>Total de Isenções Previdenciárias usufruídas</b>	<b>2.040.342,80</b>	<b>2.632.783,59</b>
---	---------------------	---------------------

### 24. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação específica aplicável.

A exigência deste documento encontra-se no inciso IX do artigo 4º da Resolução n.º 177, de 10/08/2000, publicada no Diário Oficial em 15/08/2000.

Pompéia, 31 de dezembro de 2018

EDSON JORGE BASÍLIO  
SANTA CASA DE POMPEIA  
PROVEDOR

CARLOS MITSUNORI HARAKI  
CRC 15P165204/O-3  
CONTADOR

## 20 Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

## 21 Atendimento ao SUS

A SANTA CASA DE POMPEIA, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.300/2010 e Portaria MS 834/2016, apresentou em 2018 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

Sendo que atingiu o percentual de 76,07%, conforme tabela demonstrada a seguir:

Nome da Entidade: **SANTA CASA DE POMPEIA**  
CNPJ: **55.065.601/0001-74** CNES:  CPF: **250.294.018-49**  
Nome do Representante: **EDSON JORGE BASILIO**  
Endereço: **RUA LUIS SELANI NETO N 345** Município/UF: **POMPEIA**  
CEP: **17580-000** Telefone/FAX: **1.434.052.010** E-mail: **COMPRASSANTACSA@LIFE.COM.BR**

Atualização do CNES (mais recente): **06/01/2018**

Competência Apresentação (Ano):

**2018**

Competência Mês / Ano			Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
			SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
			Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Internação	Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	-	2018	47	149	10	26	85,14%	4.565	1.051	81,29%	85,14%
Fevereiro	-	2018	60	138	18	28	83,13%	3.578	1.088	76,68%	83,13%
Março	-	2018	51	135	18	36	78,95%	3.324	1.385	70,59%	78,95%
Abril	-	2018	37	103	23	57	64,38%	3.631	1.169	75,65%	64,38%
Mai	-	2018	50	161	23	35	82,14%	3.366	1.294	72,23%	82,14%
Junho	-	2018	57	240	18	34	87,59%	3.092	1.180	72,38%	87,59%
Julho	-	2018	52	138	16	41	77,09%	3.443	1.076	76,19%	77,09%
Agosto	-	2018	63	173	18	40	81,22%	3.005	1.162	72,11%	81,22%
Setembro	-	2018	44	150	19	75	66,67%	3.476	1.057	76,68%	66,67%
Outubro	-	2018	28	129	29	117	52,44%	3.130	1.103	73,94%	62,44%
Novembro	-	2018	34	172	14	34	83,50%	3.059	1.123	73,15%	83,50%
Dezembro	-	2018	35	51	12	24	68,00%	3.053	829	78,65%	68,00%
Total (SEM INCENTIVO).	-	2018	558	1.739	218	547	76,07%	40.722	13.517	75,08%	76,07%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

- I - Atenção obstétrica e neonatal;
- II - Atenção oncológica;
- III - Atenção às urgências e emergências;
- IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e
- V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano

2018 foi de:

76,07%

## 22 Trabalho Voluntário

Atendendo a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela SANTA CASA DE POMPEIA. Em primeira instância encontram-se os trabalhos voluntários, que, sem nenhuma remuneração são prestados pelos membros da DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E

### 15 Resultado do exercício

A Entidade apresentou no exercício de 2018, um déficit de R\$ 167.577, que será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação do balanço em Assembleia Geral.

### 16 Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déicits, apurados anualmente desde a data de sua constituição, inclusive o do exercício de 2018, e ajuste de exercícios anteriores, sendo que o mesmo encontra-se no valor de R\$ (487.389).

### 17 Doações

Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. No ano de 2018 a entidade recebeu as seguintes doações:

	2018	2017
DOAÇÕES - PESSOA JURÍDICA	318.640	112.218
DOAÇÕES - PESSOA FÍSICA	18.762	181.503
Entes Públicos		
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	0	10.410
TOTAL	337.402	304.131

### 18 Subvenções

A entidade recebeu no ano de 2018 os seguintes auxílios e subvenções do Poder Público:

Subvenções	2018	2017
SUBVENCAO MUNICIPAL - PREF MUN POMPÉIA	1.400.000	1.300.000
SUBVENÇÃO MUNICIPAL - PREF MUN QUINTANA	5.000	55000
SUBVENÇÃO ESTADUAL - CONVENIO 902/18	74.773	0
SUBVENCAO FEDERAL - FNS CONV. 790981/13	9.881	9.881
SUBVENÇÃO FEDERAL - MS CONVENIO 835270/16	16.089	3.315
TOTAL	1.505.743	1.368.196

### 19 Convênios DHS – Programa Saúde da Família

Até 31/12/2018, o Convênio vigente junto ao Departamento de Higiene e Saúde foi o de n.º 01/2016, vigência 01/09/2016 a 31/08/2021. Informamos abaixo os recursos originários dos convênios indicados:

Saldo Convenio a receber 31/12/2017	408.973
Saldo provisionado para recebimento em 2018	5.743.691
Total efetivamente recebido em 2018	5.732.413
Total em aberto em 31/12/2018	420.251



Conta	2018	2017
CEF - 60 meses      Circulante	123.999	96.403
CEF - 60 meses      Não Circulante	556.206	680.205
<b>Total</b>	<b>680.205</b>	<b>776.608</b>

## 11 Obrigações sociais parceladas:

Parcelamento junto à RFB - Previdência Social (INSS):

	2018	2017
INSS - PARC PERT	142.212	150.367
<b>Total</b>	<b>142.212</b>	<b>150.367</b>

Parcelamento junto À RFB – IRRF

	2018	2017
IRRF - PARC PERT	0	3.350
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3.350</b>

Parcelamento junto à CEF - FGTS:

	2018	2017
FGTS	269.057	374.231
<b>Total</b>	<b>269.057</b>	<b>374.231</b>

<b>Total dos Parcelamentos</b>	<b>411.269</b>	<b>527.948</b>
--------------------------------	----------------	----------------

## 12 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da companhia, e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

## 13 Receitas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime da Competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte vinda do SUS.

## 14 Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

**4 Passivo circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos.

**5 Fornecedores**

São provenientes de valores em aberto junto a fornecedores da Entidade que são pagos no início de 2019.

**6 Serviços de terceiros a pagar**

Refere-se a recursos a serem repassados aos médicos pelos serviços prestados junto ao SUS (Sistema Único de Saúde) e a convênios particulares e outros prestadores de serviços PJ.

**7 Obrigações sociais, tributárias e trabalhistas**

Representam valores a pagar referentes salários, INSS, FGTS, IRRF e PIS s/ Folha de Pagamento.

**8 Subvenções a realizar**

Refere-se a recursos de subvenções a realizar, sendo:

**Total a Realizar**

Subvenção Estadual - Convenio 902/2018	25.227
Subvenção Estadual - Convenio 1062/2018	160.650
Subvenção Estadual - Convenio 1544/2018	300.000
Subvenção Federal - Convenio 835270/2016	143.093
<b>Total</b>	<b>628.970</b>

**9 Receitas diferidas**

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Refere-se ao recurso de Subvenção Federal – FNS Convênio 790981/2013 já utilizados, para aquisição de Ativo Imobilizado, no total de R\$ 98.810, cujo reconhecimento da receita será de acordo com a utilização do bem, medida pelo valor da depreciação do exercício. Saldo em 31/12/2018 = R\$ 57.662 e Convenio 835270/2016, utilizados em 2017/2018 para aquisição de Ativo Imobilizado, no valor total R\$ 165.039, cujo reconhecimento da receita será de acordo com a utilização do bem, medida pelo valor da depreciação do exercício. Saldo em 31/12/2018 = R\$ 145.634.

Saldo das Receitas Diferidas em 2018 = R\$ 203.296.

**10 Empréstimos e Financiamentos**

Empréstimo contratado junto a Caixa Econômica Federal, sendo:

Valor: R\$ 791.000,00, 13/09/2017 Prazo; 60 meses: quitação em: 10/09/2022 Valor Prestação: R\$ 23.603,44;

Imobilizado- Sem Restrição	2017	Aquisições	Baixas	2018
EDIFICIOS	135.150	0	0	135.150
MOVEIS E UTENSILIOS	64.741	0	0	64.741
INSTALAÇÕES	12.588	0	0	12.588
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	837.627	900	0	838.527
EQUIP. P/ESCRITÓRIO	31.489	0	0	31.489
EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO	18.114	0	0	18.114
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	231.789	0	0	231.789
TELEFONE	538	0	0	538
INSTRUMENTO CIRURGICO	7.895	0	0	7.895
DIREITO DE USO (SOFTWARE)	2.224	0	0	2.224
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	701.278	0	0	701.278
<b>Total do Imobilizado- Sem Restrição</b>	<b>2.043.433</b>	<b>900</b>	<b>0</b>	<b>2.044.333</b>
<b>Depreciação Acumulada-Sem Restrição</b>	<b>2.017</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>2.018</b>
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0	-67		-67
<b>Total da Depreciação</b>	<b>0</b>	<b>-67</b>	<b>0</b>	<b>-67</b>
<b>Saldo Líquido - Sem Restrição</b>	<b>0</b>	<b>-67</b>	<b>0</b>	<b>2.044.266</b>
<b>Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>2.017</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2.018</b>
MOVEIS E UTENSILIOS - CONV 790981/13	4.680	0	0	4.680
MOVEIS E UTENSILIOS - CONV 835270/16	25.950	1.921	0	27.871
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS-CONV 790981/13	94.130	0	0	94.130
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES -CONV 835270/16	104.977	32.191	0	137.168
<b>Total do Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>229.737</b>	<b>34.112</b>	<b>0</b>	<b>263.849</b>
<b>Depreciação Acumulada- Com Restrição</b>	<b>2.017</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>2.018</b>
MOVEIS E UTENSILIOS- CONV 790981/13	-1.924	-604	0	-2.529
MOVEIS E UTENSILIOS - CONV 835270/16	-562	-2.762	0	-3.324
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONV 790981/13	-29.343	-9.277	0	-38.620
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONV 835270/16	-2.753	-13.327	0	-16.080
<b>Total da Depreciação - Com Restrição</b>	<b>-34.582</b>	<b>-25.970</b>	<b>0</b>	<b>-60.553</b>
<b>Saldo Líquido - Com Restrição</b>	<b>195.155</b>	<b>8.142</b>	<b>0</b>	<b>203.296</b>
<b>Saldo Líquido - Total</b>	<b>195.155</b>	<b>8.075</b>	<b>0</b>	<b>2.247.562</b>

### 3.9 Subvenções a Receber

Corresponde ao Saldo de Subvenções a Receber junto a Secretaria de Estado da Saúde – Convênio 1062/2018, correspondente a 5 parcelas a receber no ano de 2020.

#### Total a Receber (Não circulante)

Subvenção Estadual - Convenio 1062/2018	53.550
<b>Total</b>	<b>53.550</b>



2018, dividido pelo total recebido pelos mesmos no mesmo período e o índice encontrado foi multiplicado pelo total a receber ao final do exercício corrente.

### 3.5 Outros Créditos

São representados nessa conta, valores oriundos de adiantamentos junto a funcionários bem como as demais contas a receber.

### 3.6 Estoques

Corresponde aos materiais alocados na farmácia e no almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição e que não excede o valor de mercado.

No dia 30.12.2018, foi realizado inventário do estoque físico, como segue:

Grupos	2018	2017
DROGAS E MEDICAMENTOS	35.810	20.882
MATERIAL RADIOLOGICO	125	83
MATERIAL HOSPITALAR	34.665	24.499
MATERIAL DE LIMPEZA	899	26
GENEROS ALIMENTICIOS	6	0
Total	71.505	45.490

### 3.7 Subvenções a Receber

Corresponde ao Saldo de Subvenções a Receber junto a Secretaria de Estado da Saúde – Convênio 1062/2018.

Total a Receber	
Subvenção Estadual - Convenio 1062/2018	130.127
Total	130.127

### 3.8 Imobilizado (conferir o quadro/ valores totais não fecha com balanço)

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição. A entidade não tem a prática de efetuar a depreciação do seu ativo imobilizado, bem como deixar deduzido os encargos de depreciação, exceto os bens imobilizados adquiridos com recursos do FNS no ano de 2014, convenio 790981/2013 e em 2017/2018 Convenio 835270/2016.

## SANTA CASA DE POMPÉIA

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

### 1 Contexto operacional

A SANTA CASA DE POMPÉIA, fundada em oito de junho de um mil novecentos e quarenta e um, com seus Estatutos originais publicados no Diário Oficial do Estado de 30/07/41, e posteriores alterações. É uma sociedade civil de natureza beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para serviços públicos, gratuitos, sem distinção de raça, cor, sexo, credo e religião, nas proporções fixadas pela legislação, normas e regulamentos de regência.

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

### 3 Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:

#### 3.1 Ativos circulantes e não circulante

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, atualizações e provisão necessária para a redução ao seu valor de mercado.

#### 3.2 Caixa e Equivalente de Caixa

Composto do caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 3.3 Contas a Receber

Representam os valores provenientes de direitos a receber referente aos Serviços de Saúde prestados pela Entidade, deduzindo as faturas já emitidas, mas com competência do exercício seguinte.

	2018	2017
SUS	81.947	92.268
Convenio DHS	420.251	408.973
Demais Convenios	93.670	143.466
Total	595.868	644.707

#### 3.4 Perdas Estimadas

Para as Contas a Receber que são provenientes de atendimento ao Sistema Único de Saúde, demais Convênios e Particulares, foi utilizado o índice apurado entre o total de glosa dos convênios no ano de



**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
**(valores expressos em reais)**

<b>Método Indireto</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do Exercício	(167.577)	(580.743)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(32.412)	-
Perdas Estimadas	171	(95)
Depreciação	26.038	13.196
Férias a Pagar	80.671	77.250
Receitas Diferidas	8.141	117.732
(=) Resultado Ajustado	<b>(84.968)</b>	<b>(372.660)</b>
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Contas a Receber	48.839	(145.142)
Outros créditos	18.914	(300.061)
Estoques	(26.015)	19.105
Subvenções a Receber	(151.547)	1.300.000
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	<b>(109.809)</b>	<b>873.902</b>
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(269.196)	241.755
Serviços Terceiros a Pagar	344.216	180.667
Obrigações Sociais	7.578	(151.574)
Obrigações Trabalhistas	(31.232)	78.286
Obrigações Tributárias	3.485	32.539
Outras Obrigações a Pagar	97.432	(23.580)
Subvenção a Realizar	576.903	(1.226.513)
Obrigações Sociais Parceladas	(116.679)	90.866
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	<b>612.507</b>	<b>(777.554)</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)</b>	<b>417.730</b>	<b>(276.312)</b>
<b>2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Aquisição do Imobilizado	(35.012)	(130.927)
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(35.012)</b>	<b>(130.927)</b>
<b>3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Empréstimos e Financiamentos	(96.403)	735.609
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(96.403)</b>	<b>735.609</b>
<b>VARIAÇÃO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)</b>	<b>286.315</b>	<b>328.370</b>
<b>SALDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>393.440</b>	<b>65.070</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>286.315</b>	<b>328.370</b>
<b>SALDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>679.755</b>	<b>393.440</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2018.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**SANTA CASA DE POMPEIA**  
CNPJ (MF) 55.065.601/0001-74

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Valores em Reais)

CONTA	Patrim. Social	Superavit ou Déficit	Patr. Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>695.956</b>	<b>(402.613)</b>	<b>293.343</b>
Transferência de Superávit de exercícios anteriores			
Ajuste de Exercícios anteriores	(402.613)	402.613	-
Déficit do exercício	-	-	-
	(580.743)	(580.743)	(580.743)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>293.343</b>	<b>(580.743)</b>	<b>(287.400)</b>
Transferência de Superávit de exercícios anteriores			
Ajuste de Exercícios anteriores	(580.743)	580.743	-
Déficit do exercício	(32.412)	(167.577)	(32.412)
	(167.577)	(167.577)	(167.577)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>(319.812)</b>	<b>(167.577)</b>	<b>(487.389)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**SANTA CASA DE POMPÉIA**  
CNPJ CNPJ - 55.065.601/0001-74

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>(+) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
SUS/Convênios/Pacientes Particulares		7.923.454	7.318.652
		<u>7.923.454</u>	<u>7.318.652</u>
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>			
Abatimentos - Glosas		(3.378)	(946)
		<u>(3.378)</u>	<u>(946)</u>
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>7.920.076</b>	<b>7.317.706</b>
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Pessoal		(8.928.728)	(8.579.686)
Serviços de Terceiros		(2.377.124)	(2.048.887)
Materiais e Medicamentos		(224.231)	(267.524)
		<u>(11.530.083)</u>	<u>(10.896.097)</u>
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>(3.610.007)</b>	<b>(3.578.391)</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas Administrativas e Gerais		(881.415)	(1.165.809)
Financeiras Líquidas		51.632	(101.544)
		<u>(829.783)</u>	<u>(1.267.353)</u>
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(4.439.790)</b>	<b>(4.845.744)</b>
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>			
Subvenções Federais	18	25.970	13.196
Subvenções Estaduais	18	74.773	-
Subvenções Municipais	18	1.405.000	1.355.000
Doações	17	337.402	304.131
Outras Receitas		79.577	365.889
Aluguéis		244.636	237.049
Receitas com Trabalho Voluntário	22	64.512	63.232
Isenção INSS - Cota Patronal	23	2.040.343	1.926.504
		<u>4.272.213</u>	<u>4.265.001</u>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	15	<u><u>(167.577)</u></u>	<u><u>(580.743)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2018.





**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição		181.931	304.294	Fornecedores		199.971	469.167
Caixa e equivalentes de caixa com restrição		497.824	89.146	Serviços Terceiros a Pagar		1.022.680	678.464
Contas a Receber	3.3	595.868	644.707	Obrigações Sociais		108.226	100.648
(-) Perdas Estimadas	3.4	(254)	(83)	Obrigações Trabalhistas		324.340	355.572
Outros Créditos	3.5	373.370	392.284	Obrigações Tributárias	11	125.313	121.828
Estoques	3.6	71.505	45.490	Obrigações Sociais Parceladas		137.763	134.156
Subvenções a Receber	3.7	130.127	32.130	Empréstimos e Financiamentos	10	123.999	96.403
		<b>1.850.371</b>	<b>1.507.968</b>	Férias a Pagar		735.320	654.649
<b>Não Circulante</b>				Outras Obrigações a Pagar		145.732	48.300
Subvenções A Receber	3.9	53.550	-	Subvenções a Realizar	8	628.970	105.617
Imobilizado sem restrição	3.8	2.044.333	2.043.433			<b>3.552.314</b>	<b>2.764.804</b>
(-) Depreciação Acumulada	3.8	(67)	-	<b>Não Circulante</b>			
Imobilizado com restrição	3.8	263.849	229.737	Empréstimos e Financiamentos - LP	10	556.206	680.205
(-) Depreciação Acumulada	3.8	(60.553)	(34.582)	Obrigações Sociais Parceladas - LP	11	273.506	393.792
		<b>2.301.112</b>	<b>2.238.588</b>	Subvenções a Realizar		53.550	-
				Receitas Diferidas	9	203.296	195.155
						<b>1.086.558</b>	<b>1.269.152</b>
				<b>Patrimônio Social</b>			
				Patrimônio Social		(287.400)	293.343
				Ajuste exercícios anteriores	15	(32.412)	-
				Deficit do Exercício	16	(167.577)	(580.743)
						<b>(487.389)</b>	<b>(287.400)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.151.483</b>	<b>3.746.556</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>4.151.483</b>	<b>3.746.556</b>

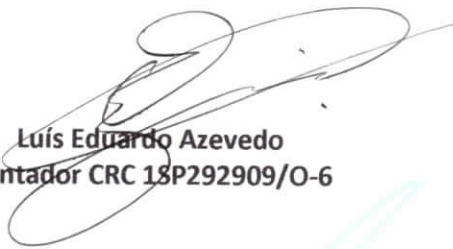
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2018.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 20 de março de 2019



**Luís Eduardo Azevedo**  
**Contador CRC 18P292909/O-6**

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ao Senhor Provedor da  
SANTA CASA DE POMPÉIA  
Pompéia - SP**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE POMPÉIA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE POMPÉIA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

A Entidade não possui controle individualizado dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e não tem como pratica a contabilização da depreciação de todos os bens, sendo que de acordo com a nota explicativa 3.8, contabiliza apenas os encargos de depreciação dos bens subvencionados. Pelo fato da ausência do controle individualizado a Entidade não realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos imobilizado, conforme definido pela NBC TG 01 em seu item 09, deste modo ficamos impossibilitados de emitir uma opinião sobre os valores constantes no grupo do Imobilizado, que em 31 de dezembro de 2018 totalizava um valor de R\$ 2.247.562, bem como reflexo do cálculo de depreciação sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.